

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 15 de março de 2002

Ano 4 Nº 88

Fumicultores querem tempo para se adaptar a novas culturas

Apoio técnico-financeiro a culturas alternativas em substituição à fumiicultura

O deputado Manoel Mota (PMDB) enviou esta semana ao embaixador brasileiro na Suíça, Felipe Corrêa, correspondência solicitando que interceda junto à Organização Mundial da Saúde (OMS) para que não sejam tomadas medidas precipitadas que prejudiquem os agricultores.

A pressão do discurso anti-tabagista tem movimentado diversas entidades pelo fim da fumiicultura. A situação preocupa porque a atividade é responsável pela renda de aproximadamente 60 mil famílias em Santa Catarina e por captar valores superiores a 100 milhões de dólares, em exportação. O fumo causa doenças cérebro-vasculares (derrame cerebral), cardiovasculares (infarto do miocárdio) e respiratórias obstrutivas



Colheita de fumo em Santa Catarina

crônicas (enfizema pulmonar), além de diversos tipos de câncer. Dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca) apontam que cada real arrecadado pelo governo em impostos consome o dobro no tratamento destas doenças. A OMS determinou a for-

mação de uma comissão mundial, coordenada por Corrêa, que discute o controle gradativo e o banimento do fumo.

Tramita na Assembléia o Projeto de Lei nº193/01, de autoria do deputado Volnei Morastoni (PT), que propõe apoio técnico-financeiro a culturas alternativas que poderão substituir a fumiicultura. A proposta prevê um período de adaptação de 10 anos. "É um projeto polêmico, por isso vamos ampliar a discussão com a participação de todos os setores envolvidos na produção do fumo. Queremos mostrar que nesta relação a saúde sai perdendo, muito mais do que ganha a economia", comenta Morastoni.

O parlamentar, que preside a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, irá realizar na última semana de maio, em comemoração ao Dia Mundial contra o Fumo (31), audiência pública para discutir o assunto.

Preservação ambiental depende de ações mais rigorosas

Os participantes da audiência pública sobre balneabilidade, realizada nessa segunda-feira (11), foram unânimes quanto à necessidade de se ampliar as parcerias e o rigor nas ações públicas para conter a degradação do meio ambiente. Convocada pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), o encontro contou com a presença de prefeitos e técnicos da Fatma, da Secretaria do Meio Ambiente (Seduma) e da Casan. Os vinte e sete prefeitos que administram os municípios do litoral foram convidados.

"Falta de recursos é um problema mas não impede ações concretas. O que falta é vontade política", salientou o presidente da Associação de Surf e de Preservação Ambiental da Guarda do Embaú (Palhoça), Marcos Aurélio Gungel. O prefeito de Balneário Camboriú, Leonel Pavan (PSDB), endossou Gungel. Ele descreveu

algumas das políticas que vêm aplicando, com uma parceria constante da vigilância sanitária. Uma delas impõe a apresentação de alvará da vigilância para liberar as escrituras aos imóveis.

O prefeito de Itapema, Clóvis Rocha, relatou que só conseguiu reverter a situação dramática em que estava o balneário na temporada de 2001 através de medidas impopulares, como a devassa nos imóveis feita por agentes da vigilância acompanhados da polícia.

"A falta de investimentos e, principalmente, de linhas de financiamento para o saneamento público - desde a década de 94 fechadas para as estatais -, está acelerando a de-

gradação", disse a representante da Casan, Marta Cracik.

O debate, conforme Jorginho Mello,



Prefeito Pavan e deputado Mello

será ampliado com a realização de um grande seminário com participação ampliada de secretários, técnicos, deputados estaduais, federais e o governador.

OPINIÃO

A violência está na desigualdade



A violência nasce das desigualdades sociais. Isso é fato. Tudo que estamos presenciando, atualmente, nos noticiários e nas ruas é fruto da falta de investimentos dos governos em áreas básicas como saúde, moradia, saneamento, educação e trabalho. E não adianta nos iludirmos com planos e medidas emergenciais de segurança, se o Brasil continuar distribuindo mal a renda e impedindo que milhões de brasileiros participem do mercado de trabalho.

É natural, portanto, que os excluídos do processo encontrem em sequestros, roubos, assaltos e outros tipos de violência, a solução imediata para suprir as necessidades que o Estado lhes nega. E o retrato dessa incapacidade governamental está na expansão das favelas, no número de indigentes, de desempregados e desassistidos. Recentemente, a Fundação Getúlio Vargas divulgou que cerca de 50 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, sobrevivem com uma renda mensal de R\$ 60,00. Essa sim é a verdadeira causa da violência desenfreada nas cidades brasileiras. São 50 milhões que não possuem moradia fixa, não têm acesso à educação, à saúde e mal conseguem matar a própria fome.

Lamentavelmente essa discussão que se trava hoje sobre o crescimento

da violência só veio à tona porque atingiu também a classe média. Agora, não são apenas os ricos vítimas de sequestros relâmpagos e assaltos em plena luz do dia. A violência está batendo em nossas portas. Talvez isso nos leve, pelo menos, a uma conscientização que anteriormente ignorávamos. Ou passamos a discutir seriamente o problema da desigualdade social ou estaremos cada vez mais vulneráveis à ação dos que se sentem excluídos.

Debater políticas emergenciais de segurança e de combate à violência, como o desarmamento da população, a unificação das polícias e a reformulação do código penal, por exemplo, podem produzir resultados imediatos, mas não definitivos. São medidas necessárias, com certeza, mas que, no fundo, não vão corrigir o problema maior que é a desigualdade. É necessário aumentar o efetivo de policiais nas ruas e construir mais presídios. Porém, isto não é o suficiente, pois ainda temos milhões de desempregados, analfabetos e doentes que precisam ser assistidos.

Por isso, insisto que os governos federal e estadual precisem, urgentemente, direcionar suas políticas para as áreas sociais. A violência não é um problema recente. Os governos é que, simplesmente, recusam-se a investir em políticas públicas capazes de solucionar o problema da segurança nos municípios, estados e no país.

Deputado Adelor Vieira (PMDB)

adelor@alesc.sc.gov.br

SC: pavimentando seu desenvolvimento



Depois de um período de brumas e turbulências, o Estado finalmente voltou a crescer, retomando uma rotina de desenvolvimento que, aliás, esteve sempre em seu perfil. E uma das mais significativas demonstrações dessa retomada é o Programa Rodoviário de Santa Catarina, o chamado Programa BID IV, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os primeiros contratos para a execução de obras foram firmados no início desta semana no Palácio Santa Catarina.

Mais do que uma simples ação de governo, este programa é fruto de um planejamento bem elaborado que harmoniza iniciativa governamental e os anseios da população, de todas as regiões do Estado. E deixa claro a inegável credibilidade que hoje tem Santa Catarina junto aos organismos internacionais de financiamento, cujas portas, até o final do governo passado, estavam fechadas para nós.

O Programa Rodoviário, no seu primeiro lote de distribuição e na quarta etapa do cronograma da Secretaria dos Transportes, prevê investimentos de US\$ 300 milhões, sendo metade por conta do Estado, a título de contrapartida. Ele prevê a execução, em cinco anos no máximo, da pavimentação de 450 km de rodovias e a recuperação de outros 700 km. Prevê também tratamento dos pontos críticos, sinalização rodoviária e barreiras eletrônicas, apoio à Polícia Rodoviária Estadual, planejamento rodoviário, plano de informatização, capacitação e treinamento e, ainda, a elaboração de um plano diretor de cargas perigosas e equipamentos.

Com a pavimentação e reabilitação de estradas, o Programa quer, entre

outros objetivos, reduzir os custos dos transportes de pessoas e cargas, diminuição das perdas agrícolas decorrentes da falta de transporte adequado, acesso mais fácil, barato e permanente das pequenas propriedades rurais aos mercados de consumo e de aquisição de insumos, e melhor acesso para a população rural de baixa renda às facilidades e aos serviços sociais de caráter público existentes em núcleos urbanos de maior porte; e ainda, entre outras, aumento das oportunidades de emprego nas zonas rurais e pequenos núcleos urbanos do interior do estado, reduzindo a migração de pessoas às cidades de maior porte.

Entre as obras que já tiveram seus respectivos contratos de execução assinados, estão: recuperação da SC-283, unindo Caibi a Riqueza e Mondaf, num total de 19,2 quilômetros e com um custo de R\$ 5,7 milhões; pavimentação da chamada *Estrada da Amizade*, a SC-302, trecho Matos Costa-Calmon-Porto União, com 32,2 quilômetros e custo superior a R\$ 16 milhões. Ela unirá o Planalto Norte ao Alto Uruguai, passando pelo Meio-Oeste Catarinense. Outras que podem ser citadas: reabilitação da SC-303 no trecho Caçador-Rio das Antas-Videira, com 36,3 quilômetros e custo de R\$ 8,8 milhões; e recuperação da SC-302, trecho Lebon Régis (BR-116) a Santa Cecília, com 26,7 quilômetros e um custo de pouco mais de R\$ 7,7 milhões.

São apenas alguns exemplos. No decorrer deste ano, ainda, novos contratos de execução serão firmados e no final do Programa poderemos constatar, com certeza, o enorme benefício econômico-social promovido por este plano à comunidade catarinense.

Deputado Milton Sander (PPB)

milton@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
 1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
 Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Scheila Dziedzic, Mirela Maria Vieira, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Rubens Vargas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian

Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Água Doce apresenta suas belas paisagens no Retratos de SC

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

O coral Frei Silvano, cantando o hino do município, deu início à solenidade de apresentação de Água Doce, prestigiada pelo governador Esperidião Amin, no *Projeto Retratos de Santa Catarina*, idealizado pelo presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), para mostrar aos catarinenses as potencialidades econômicas, culturais e turísticas de cidades dos mais diferentes rincões do nosso território.

Com quase sete mil habitantes e localizado no meio-oeste, o município concentra suas atividades na agricultura, sendo um dos maiores produtores do Estado de milho, soja, maçã e frutas de caroço (pêssego, nectarina e ameixa), e na pecuária com a criação de gado bovino, suínos, aves e ovinos. As nascentes de rios e quedas d'água, muitas delas servindo para a prática de esportes como o rapel e



o rafting, assim como a exuberante fauna e flora, fazem Água Doce despertar para o turismo com a implementação de pousadas e hotéis-fazenda.

O prefeito Antonio Bissani parabenizou o presidente e os demais deputados pelo projeto e anunciou novos planos de desenvolvimento: geração de energia eólica por uma usina capacitada inicialmente em 60 megawatts, incremento na produção de maçã e, em breve, o cultivo de 120 hectares de uvas nobres, para produção de vinho, importadas da França. Bissani ressaltou o empenho da administração na consolidação do turismo como fonte de renda para Água Doce, que possui sete grandes nascentes de rios e belas cachoeiras, com destaque para as quedas do rio Chapecó.

O secretário do Meio Ambiente e natu-



Auroridades presentes

ral de Água Doce, João Macagnan, destacou o bom trabalho realizado pelos ex-prefeitos e pelo atual, enaltecendo a população local pelo trabalho e hospitalidade.

Na 30ª edição do Retratos de SC, Onofre agradeceu a participação do governador em quase todas as apresentações e reiterou a descoberta de novos talentos artísticos e de potencialidades antes desconhecidas pelos catarinenses. Já Amin elogiou a Assembléia pela iniciativa e agradeceu ao povo de Água Doce pelo belo exemplo dado aos demais municípios.

Timbó em Retratos

Classificado pela ONU como décimo melhor município do Brasil em qualidade de vida, Timbó, localizado no Vale do Itajaí, mostrará suas riquezas históricas, culturais e econômicas a partir da próxima terça-feira (19). O lançamento da exposição, com apresentações artísticas, está marcado para as 19h horas na Galeria de Artes. Será o trigésimo primeiro município catarinense a divulgar seu potencial através do *Projeto Retratos de Santa Catarina*.

Estiagem no Alto Uruguai preocupa Agostini

Na última terça-feira (12) prefeitos, vereadores e outras lideranças de Lindóia do Sul, Pirituba, Ipira, Jaborá, Piratuba, Irani, Castelo Branco, Alto da Bela Vista e Concórdia vieram à Capital pedir apoio ao legislativo. A Secretaria do Oeste destinou recursos àquela região atingida pela estiagem, mas deixou fora os municípios que compõem a Associação do Alto Uruguai e que também são vítimas da seca.

Durante toda a manhã o presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini

(PFL), ouviu relatos preocupantes sobre os prejuízos de centenas de famílias que sobrevivem da agricultura e amargam situação crítica porque perderam, em alguns casos, toda a safra de milho, feijão e soja, principais culturas da região.

Agostini trabalha junto à Secretaria do Oeste e aos demais órgãos competentes da área agrícola para que sejam destinados recursos àqueles produtores rurais, que buscam a recuperação dos prejuízos impostos pela estiagem.

Curso de taquigrafia

A partir da próxima segunda (18) acontece no Senac um curso de taquigrafia, promovido pela Alesc, dirigido aos funcionários da Casa e ao público em geral, ministrado pela funcionária Eliana de Freitas Ribeiro.

Informações na Coordenadoria de Administração do Senac, com Giselle - fone 222 0711.

COMISSÕES

CPI dos Contratos ouve dirigentes de operadoras do porto de São Francisco do Sul

Nessa semana a CPI dos Contratos do Governo do Estado, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), ouviu vários operadores do porto de São Francisco do Sul e o presidente da categoria sobre o contrato firmado entre a Cidasc e a empresa Inlogs, para investimentos no terminal graneleiro daquele porto. Os depoentes criticaram a falta de transparência do órgão público no contrato de R\$ 13 milhões,

sustentando que o novo edital publicado em dezembro não tem sustentação jurídica capaz de garantir o aporte de R\$ 10 milhões por parte da empresa que vencer a licitação. Outros temas que serão tratados pela comissão são as obras da BR-282 e o contrato temporário de pessoal por parte da Secretaria de Saúde.

Representante da Dalçóquio, de Itajaí, Henrique Malta reiterou que o contrato não está de acordo com a Lei 8.666, que

rege as licitações nos portos, omitindo informações como o prazo de locação e o cronograma físico-financeiro da obra. O sindicalista Alberto Raposo de Oliveira lamentou que a Cidasc nunca tenha atendido condignamente os operadores e informou que, graças à entidade, o contrato não foi assinado, encontrando-se em análise na Procuradoria Geral de Justiça do Estado. Eles afirmam que a Cidasc poderá perder receita com a iniciativa, pois a tarifa por tonelada há três anos é de R\$ 4,49, enquanto a firmada com a Inlogs é de R\$ 4,01. Francisco Ramos, da Inlogs, disse que a operadora celebrou um convênio, que após foi rescindido, com a Cidasc, de forma transparente.

A comissão enviou ofícios à Procuradoria Geral de Justiça criticando a ausência dos diretores da Cidasc na reunião de segunda-feira (11), e ao Tribunal de Contas pedindo a suspensão do edital de licitação do contrato entre Cidasc e Inlogs até a conclusão dos trabalhos da CPI. Além de Blasi, participam da comissão os deputados Lício Mauro da Silveira (PPB), relator, Afrânio Boppré (PT), Julio Garcia (PFL), Ronaldo Benedet (PMDB), Jaime Duarte (PPS) e Sandro Tarzan (PPB).

Sindicatos definem greve e pedem apoio dos deputados

Representantes de dois sindicatos compareceram à reunião da Comissão de Trabalho nessa quarta-feira (13). Empregados nas empresas de segurança e vigilância e de asseio e conservação de Santa Catarina solicitaram aos parlamentares apoio para o atendimento de suas reivindicações.

Segundo os sindicalistas, que anunciaram para o próximo dia 20 o início da greve, não há negociação com a classe patronal. "Falta respeito com os trabalhadores que estão insatisfeitos não apenas com o salário, mas com a falta de condições de trabalho", disse Antonio Novato, do Sindicato dos Vigilantes da Região de Itajaí. Ele informou que o piso de R\$ 327 é o menor do país. Reclamação idêntica foi apresentada pelo representante dos trabalhadores nas empresas de limpeza. Nesse caso, o salário é ainda menor e também é o mais baixo entre os estados brasileiros: R\$ 195.

As principais reivindicações baseiam-se na recuperação das perdas salariais acumuladas nos últimos anos e o recebimento do vale-alimentação. O presidente da comissão, deputado Jaime Mantelli (PDT), disse que os parlamentares vão interceder para que os patrões possam ouvir os pedidos dos trabalhadores, buscando dessa forma um acordo e ao mesmo tempo evitando a greve. Na próxima quarta-feira (20) patrões e empregados estarão frente a frente com os parlamentares para abrir um canal de negociação.

CPI do Leite busca esclarecimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a problemática do leite no Estado tem reunião marcada para o próximo dia 19, às 14 horas. Estão previstos depoimentos de representantes das indústrias Batávia, Lactoplasm, Tirol, dos

produtores da região de Concórdia e do diretor de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, João Paulo Mosena.

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB), que preside a CPI, disse que muitas questões precisam ser esclarecidas sobre o assunto.

A comissão quer saber se o produtor está sendo beneficiado pela medida do governo que reduziu de 12% para 7% a alíquota do ICMS pago pelas indústrias para vender o produto fora do Estado. Pela lógica, salientou Sopelsa, o produtor deveria receber mais pelo litro de leite que é vendido para a indústria. "A única certeza até agora é que o consumidor está pagando mais caro. Em vários estabelecimentos o litro do leite Longa Vida, que chegou a custar R\$ 0,80, é superior a R\$ 1,00".

Durante os depoimentos o Procon vai entregar aos parlamentares um levantamento feito sobre os preços do leite e derivados no varejo.

Edital de audiência pública sai antes do prazo estipulado

A surpresa e o otimismo tomaram conta da CPE que acompanha as obras de duplicação da BR-101. A causa foi a publicação, no último sábado (09), do edital de audiência pública, previsto para ser divulgado nessa terça-feira (12).

Apesar da boa nova o deputado Manoel Mota (PMDB), um dos integrantes da comissão, vê com cautela o andamento do processo. Segundo ele, a data estipulada para que a audiência definitivamente aconteça, 10 de abril, vai contra o que foi programado inicial-

mente. "Nos falaram que assim que sísse a publicação do edital, no máximo em quinze dias, a audiência seria realizada, o que não irá acontecer. Entre um processo e outro são mais de vinte dias".

Mota pretende estar em Brasília, na data da audiência, para acompanhar o acontecimento de perto. "Temo que esta obra não saia este ano", ressalta. O gerente do Programa Corredor do Mercosul, Carlos Alberto Laselva, diz que se tudo correr de acordo com o previsto as máquinas estarão na rodovia em 180 dias.

GERAL

Ministério Público presta contas das atividades de 2001

O procurador geral da Justiça, José Galvani Alberton, expôs por mais de uma hora o relatório que resume, estatisticamente, as ações do Ministério Público no Estado. Segundo ele, o número de crimes contra a administração pública denunciados em 2001 cresceu em 43% em relação ao volume apurado no ano anterior, o que reflete a confiança que a população deposita no órgão. "Pela falta de uma defensoria pública no Estado, o MP tem sido um refúgio para os que não têm a quem recorrer", assinalou.

Ele enfatizou a contínua busca de integração e parceria com toda a estrutura pública, necessária para uma efetiva ação em defesa da paz social e mediação de conflitos. Além do trabalho jurisdicional, lembrou a participação cada vez maior do Ministério em ações de combate à macrocriminalidade. Ações conjuntas com o Legislativo, participando das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), com o Ministério da Justiça para implantação do programa de proteção à



Procurador Alberton

testemunha, com a Secretaria da Fazenda, Polícias Civil e Militar e Poder Judiciário no combate à sonegação fiscal, e as conseqüentes representações à Justiça.

Pioneiro nos programas de defesa do consumidor, o MP catarinense atuou de forma determinante na proteção dos di-

reitos coletivos em casos envolvendo desde universidades particulares a cooperativas de saúde e instituições financeiras.

Nas questões envolvendo o meio-ambiente foram desencadeadas dezenas de ações contribuindo com projetos como o Programa Água Limpa, até intervenções institucionais, impondo termos de ajustamento de conduta aos setores público e privado.

Segurança no trânsito

Na primeira reunião deste ano da Subcomissão Especial sobre Segurança Pública, que é subordinada à Comissão de Trabalho da Assembléia, questões de ordem administrativa foram debatidas pelas entidades que compareceram ao encontro, entre elas a Secretaria de Segurança Pública; polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária; Corpo de Bombeiros; UFSC e Federação das Micro e Pequenas Empresas do Estado.

O deputado Jaime Mantelli (PDT), presidente, anunciou que as reuniões serão realizadas a cada quinze dias, sempre às quintas-feiras, às 14 horas.

No encontro dessa quinta-feira (14) o tema considerado prioritário para ser amplamente discutido no próximo encontro foi a segurança no trânsito. A comissão aprovou o manifesto de apoio à realização no próximo ano do projeto *Férias sem pressa*, do Detran, que por falta de verba federal não foi desenvolvido nesta temporada. Deputados e entidades deverão apoiar a campanha que trata do uso correto das vias duplicadas, da embriaguez no trânsito e do uso do telefone celular, conscientizando os motoristas sobre esses problemas.

Mantelli disse que o objetivo principal das atividades que deverão ser desenvolvidas durante o ano de 2002 é envolver a Assembléia, as entidades representativas e a sociedade na busca de ações concretas para os problemas que tratam da falta de segurança em Santa Catarina.

Morastoni intercede pelo retorno às aulas na Univali

O deputado Volnei Morastoni (PT) esteve nessa quarta-feira (13) intermediando as negociações com a reitoria da Univali, para que cerca de 1.800 acadêmicos inadimplentes possam retornar às aulas. Em reunião reservada com o reitor Edson Vilella, o parlamentar obteve o com-



promisso que até o dia 15 o corpo administrativo buscará solucionar o impasse. Até lá, os quatro estudantes que encontram-se acorrentados no prédio da reito-

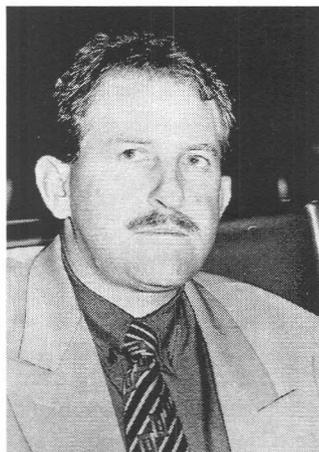
ria continuarão o protesto. Morastoni reuniu-se ainda com o Pró-reitor Administrativo, Danilo Melim, e lideranças estudantis, ficando acordado a imediata inclusão dos nomes dos alunos inadimplentes na lista de chamada, o abono das faltas e a prorrogação do prazo de inscrição para bolsa de estudos do artigo 170.

O plenário aprovou requerimento do parlamentar solicitando à Secretaria da Educação e a Univali o fim imediato de qualquer sanção não prevista em lei contra os estudantes com mensalidades atrasadas. Segundo ele, existem denúncias de maus tratos a alunos inadimplentes da Univali, que vão desde a retirada dos nomes das listas de chamadas, retenção de documentos, até a expulsão do aluno da sala de aula. Morastoni destaca que esta atitude por parte da administração da universidade é ilegal. "A Lei Federal nº 9.870, de 23/11/99, art. 6º, determina que são proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplimento".

PLENÁRIO

Capacitação para a cerâmica vermelha

O deputado Valmir Comin (PPB) está preparando exposição de motivos ao governador para que seja encaminhado à Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa



Catarina (Funcitec) um projeto de assistência tecnológica ao setor da cerâmica vermelha, buscando soluções aos problemas operacionais de fabricação. O objetivo é, por meio

de cursos de ensino a distância, associados à consultoria de um engenheiro especializado no processo, atacar as deficiências e conquistar maior qualidade, produção e menor custo.

A idéia é sensibilizar o empresariado pois numa primeira etapa o programa será realizado para um grupo de 100 empresas, distribuídas nos três principais pólos produtores de cerâmica vermelha no Estado: Morro da Fumaça, Tijucas/Canelinha e Rio do Sul. "As empresas de cerâmica têm como particularidade a administração familiar. O dono normalmente é quem toma as decisões e acumula funções. Por isso, queremos investir na capacitação, que terá como consequência a melhora e crescimento do setor através da qualidade", explica Comin.

Suporte tecnológico às empresas

Com o intuito de buscar resolução para problemas técnicos, tecnológicos e gerenciais de micro, pequenas e médias empresas do Estado, o deputado Gelson Sorgato (PMDB) apresentou projeto de lei que autoriza o Executivo a criar o Programa de Extensão Empresarial (Peesc). O parlamentar visitou algumas empresas em Erechim (RS) que participam de programa semelhante, num convênio entre o governo e a universidade local, abrangendo 31 municípios da região. Os técnicos se comprometeram a apresentar o conteúdo do projeto, em audiência pública, na Assembléia catarinense.

Sorgato argumentou que estas empresas geram muitos empregos e são funda-

mentais para a economia de Santa Catarina. "Elas passam por dificuldades financeiras por não dispor de condições de acesso às novas técnicas de gestão. Muitas vezes o empreendedor possui atribuições como comprar, fabricar, vender, cobrar não lhe restando tempo para atualização e estudo".

O parlamentar qualifica o programa gaúcho como inovador por apresentar no quadro técnico profissionais como engenheiros mecânicos, voltados para a área de manufatura; administradores especialistas em marketing, vendas e planejamento estratégico; pedagogos especialistas em recursos humanos e treinamento e contadores que vão cuidar das finanças e dos custos de produção.

Recursos para o ensino a distância geram polêmica

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) fez pedido de informação ao governador indagando sobre os repasses de recursos à Udesc. Ele quer saber qual o total efetivamente transferido pelo Executivo nos anos de 2001 e 2002, e se os valores correspondem ao previsto nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias. A solicitação teve origem no parecer prévio do Tribunal de Contas sobre o exercício financeiro estadual de 2000 onde consta que o Estado deixou de repassar R\$ 10,55 milhões.

Da tribuna o parlamentar ainda bateu forte na cobrança de mensalidade para os professores que buscam a formação em pedagogia, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) através dos cursos a distância implementados pela universidade. Relatou que a instituição está cobrando dos alunos do interior, enquanto os de Florianópolis e de Joinville nada pagam. "Nossa preocupação sequer entra no mérito da qualidade do ensino a distân-

cia, mas sim na igualdade e na justiça prevista constitucionalmente que determina o ensino gratuito e de qualidade na rede pública para todos", salientou. Nadal criticou o projeto de lei anunciado na semana passada pelo líder do governo, deputado Joares Ponticelli (PPB), que transfere os recursos do artigo 170 da Constituição Estadual destinados ao crédito educativo para a Udesc.

A proposta, segundo argumentou Ponticelli, redirecionaria os R\$ 6,5 milhões – que equivalem a 10% do total orçado para o artigo 170 este ano, de acordo com a legislação –, para que a Udesc possa reduzir os custos das mensalidades dos estudantes das redes municipais



Deputado Nadal

conveniadas. "Pela legislação, os 10% seriam destinados a convênios com agentes financeiros para concessão de algo semelhante ao crédito educativo federal", explicou. Como o montante de R\$ 6,5 milhões não seria "atrativo" aos agentes que seriam contratados através de processo licitatório, o projeto de lei que será encaminhado ao Legislativo permitiria

aditamentos aos convênios, beneficiando a princípio cerca de 2 mil professores da rede estadual. "Não é justo que os professores da rede municipal de Joinville, ou de Jaraguá do Sul, por exemplo, sejam custeados com estes recursos, já que seus salários são muito maiores do que os da rede estadual ou de pequenos municípios", concluiu.

Homenagem a Murillo Capella

Aprovado o projeto de resolução, de autoria do deputado Julio Garcia, líder do PFL, que concede honraria de mérito ao médico e vice-prefeito de Florianópolis, Murillo Capella (PFL). A data para entrega da homenagem ainda não foi marcada.

De acordo com o parlamentar, “a homenagem é mais do que justa por parte do Legislativo pois reconhece seu relevante trabalho ao povo catarinense, bem como ter sido homenageado por alunos de Medicina da UFSC, entidades associativas e órgãos governamentais”.

Murillo Capella, nascido em Florianópolis, é médico, sendo pioneiro em cirurgia pediátrica no Estado. Entre as diversas atividades desenvolvidas é professor da Univali e livre docente, doutor e professor titular de cirurgia pediátrica e do mestrado em Ciências Médicas da UFSC.

Importação de cebola

A entrada ilegal de cebola no Brasil, vinda da Argentina, está sendo contestada pelo deputado Rogério Mendonça (PMDB), que encaminhou documento à Secretaria e ao Ministério da Agricultura para que seja intensificada a fiscalização nas regiões de fronteira com o país vizinho.

Segundo ele, existe uma portaria federal determinando que somente será importado o produto devidamente selecionado e em sacas de 20 quilos, ao contrário do que vem ocorrendo. “A cebola vendida aqui é de péssima qualidade e está sendo transportada a granel, o que é proibido, prejudicando os produtores brasileiros e principalmente os catarinenses”, afirmou. O parlamentar lembrou que antes da importação da cebola argentina o produtor recebia R\$ 0,50 pelo quilo e agora o valor pago é de R\$ 0,35.

Busca a desaparecidos

Indicação do deputado Jaime Duarte (PPS) ao secretário da Segurança Pública e ao comandante da Polícia Militar sugere que a polícia inicie a busca imediata de pessoa desaparecida, quando esta tiver idade inferior a 14 anos ou superior a 65 anos ou, de qualquer idade, caso seja portadora de deficiência física, mental ou sensorial. Justificou a proposta explicando que “o desaparecimento de crianças, adolescentes, idosos e deficientes quase sempre independe de vontade própria. Por isso, é necessário que se priorize a busca nos casos citados”.

Laboratório de pesquisa de plantas medicinais

O deputado Volnei Morastoni (PT) solicitou ao governador que o laboratório de pesquisa, produção e preparo de plantas medicinais, a ser construído em colaboração entre SC e a província chinesa de Henan, tenha como sede a cidade de Itajaí. Justificou que aquele município já possui o Herbário Barbosa Rodrigues, de renome internacional em pesquisa botânica, a estação da Epagri, que lidera a pesquisa de plantas medicinais em SC, e a Univali, com nove cursos na área da saúde.

Durante missão oficial à China, em fevereiro, o governo da província de Henan anunciou investimentos de 5 milhões de dólares em laboratório de pesquisa botânica no Estado.

Proposições

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao secretário da Segurança pedindo a reativação da 4ª DP de Joinville e à secretária da Educação a liberação de recursos para a Associação Comunitária do bairro Pinheirinho, em Chapecó.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao reitor da UFSC cumprimentando a comunidade universitária pela passagem dos 40 anos de fundação daquela instituição de ensino superior.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao governador, ao secretário dos Transportes e ao diretor do DER pedindo a realização de estudos de viabilidade para a pavimentação asfáltica da rodovia SC-440, que liga Pedras Grandes a Orleans.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governador solicitando uma ambulância para Petrolândia e a concessão de verba destinada à produção de cascalho para ser utilizado na recuperação das rodovias municipais.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao secretário dos Transportes pedindo que sejam feitos urgentes reparos na SC-415, conhecida como estrada da Serrinha, que liga Itapoá e Garuva.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao governador indagando quantos professores ACT's, do ensino fundamental e médio, estão lotados na 5ª CRE, com os nomes, estabelecimentos em que estão lotados e séries em que lecionam.

Deputado Manoel Mota (PMDB) ao governador e ao secretário da Segurança solicitando a criação e implantação de uma unidade do Corpo de Bombeiros em Imbituba.

Deputado Volnei Morastoni (PT) ao governador solicitando que o terreno, patrimônio do Estado, cedido para uso do Clube Náutico Marcílio Dias, de Itajaí, tenha cessão transferida para o patrimônio do município.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao secretário dos Transportes requerendo o deslocamento da patrulha mecanizada para Canoinhas.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao governador do Estado pedindo a liberação de recursos financeiros para construção de sede social da Associação Comunitária do bairro Pinheiro, em Chapecó.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao superintendente da Telesc Brasil Telecom pedindo a instalação de linhas telefônicas fixas para atender os moradores da estrada do Estaleiro, em São Francisco do Sul.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) apresentou várias indicações ao governador e ao secretário dos Transportes solicitando melhorias para as rodovias do sul do Estado.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) à Telesc Brasil Telecom solicita que os moradores do distrito de Dalbérgia, em Ibirama, possam optar por pertencer às redes de telefonia de Presidente Getúlio ou Ibirama.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governador pedindo que revogue a cobrança da taxa estadual de serviços de segurança preventiva nos eventos de futebol a serem realizados no Estado.

Honraria

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) apresentou projeto de resolução concedendo honraria ao cidadão João José Ramos Schaefer, ex-presidente da OAB/SC e do Tribunal de Justiça, por relevantes serviços prestados à Justiça catarinense. Blasi apresentou ainda projeto denominando “Manoel Nunes” o Centro de Treinamento Agrícola de Tubarão. O homenageado foi líder ruralista, vereador e secretário de Desenvolvimento Rural do município.

ESPECIAL

Assembléia realizou sessão solene em Braço do Norte

Dando continuidade à interiorização do Poder, a Assembléia realizou na noite dessa quinta-feira (14), em Braço do Norte, sessão solene que oficializou o título de *Capital Catarinense da Moldura* por proposição do deputado Francisco de Assis (PT). Destaque no setor industrial, o município já é reconhecido como *Capital Sulamericana da Moldura*. O evento aconteceu no Clube Cruzeiro com a presença de parlamentares e demais autoridades municipais.

Espaço aberto

A sessão marcou o começo de uma nova proposta aprovada pela Mesa da AL esta semana, na busca pela efetiva integração com a sociedade.

Na oportunidade o prefeito, Ademir Matos (PMDB), entregou ao presidente

da Assembléia, Onofre Agostini (PFL), o pedido de inclusão das obras do anel viário da região no orçamento federal do próximo ano.

Orçado em R\$ 4 milhões, o anel viário com 7 km beneficiará Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima. A obra vai tirar da avenida central da cidade o tráfego pesado e agilizar o escoamento da produção de molduras e de suínos da cidade.

A viabilização do projeto de despoluição do rio Corujas Bonito também foi reivindicado pela prefeitura. Com uma produção mensal de 500 mil cabeças de suínos, que são processadas em Rio do Sul e São Paulo, a atividade representa quase 20% do retorno de ICMS ao município.

Pavimentação

As autoridades locais pediram a inclusão das obras de drenagem fluvial e pavimentação da avenida Felipe Schmidt no orçamento de 2003, totalizando R\$ 560 mil.

Inaugurando o espaço para pleitos populares, a comunidade de União pediu recursos para aquisição e construção de um complexo esportivo completo. Por Rio Bonito, o secretário do Desenvolvimento Econômico, Romário Pereira (PMDB), solicitou a pavimentação asfáltica do acesso à comunidade e da rodovia que liga Braço do Norte a Tubarão.

Presentes à sessão os deputados Manoel Mota (PMDB), Joares Ponticelli (PPB), Julio Garcia (PFL), Valmir Comin (PPB), Ronaldo Benedet (PMDB) e Sandro Tarzan (PPB).

Rádio Alesc Digital tem serviços de áudio e vídeo com Udesc e TVAL

A Assembléia dispõe de um ótimo sistema de comunicação via Internet. Trata-se do *Portal de Notícias* do estúdio de rádio da Divisão de Imprensa denominado *Rádio Alesc Digital via Internet*, que tem o objetivo de distribuir conteúdos de áudio aos internautas e, em especial, às emissoras de rádio.

A rádio também publica textos, matérias e artigos, e ainda divulga informes

audiovisuais produzidos pela TVAL, para todos os municípios do estado, via Internet.

Para que as rádios possam utilizar os arquivos de áudio que são oferecidos em formatos .mp3 e .wma, contendo boletins, entrevistas, resenhas e debates, deverão baixar através de *download* os arquivos diretamente para os seus computadores.

Parcerias - Nas suas páginas, a Rádio

Alesc traz uma lista de mais de 20 emissoras de rádios On Line que podem ser ouvidas através do computador. E agora, em nova parceria com a Rádio Udesc FM de Florianópolis, Joinville e Lages, as rádios educativas poderão ser ouvidas no computador. As emissoras da universidade estarão levando ao ar o boletim de notícias da Rádio Alesc Digital, *Em Dia Com a Política*, o noticiário político de Santa Catarina.

Além disso, a Rádio Alesc, que também produz o *Tribuna do Povo*, com João Pacheco, a *Resenha Digital*, com Walter Filho e o *Minidebate*, com Mário Barzan, leva o trabalho desses comunicadores através das páginas do estúdio de rádio às mais distantes regiões.

Com essa programação, a Rádio Alesc Digital, que já alcança todo o território catarinense com a parceria de 50 emissoras de rádio em diversas frequências. O Estúdio de Áudio Digital da Divisão de Imprensa quer fazer chegar aos internautas e aos ouvintes de rádio as principais informações que acontecem no Parlamento Catarinense e que são de interesse da população.

Agenda

Dia 18, às 15 horas – Reunião da CPI dos Contratos com depoimento de técnicos do Tribunal de Contas a respeito das obras da BR-282

Local: Sala das Comissões

Dia 19, às 9 horas – Audiência pública da Comissão de Trabalho para abertura de canal de negociação entre patrões e empregados das empresas de limpeza

Local: Plenarinho

Dia 19, 10 horas – Instalação da Comissão do Mercosul

Local: Gabinete deputado Jorginho Mello (PSDB)

Dia 19, 14 horas – Reunião da CPI do Leite com depoimentos de representantes das indústrias Tirol, Lactoplaza e Batávia

Local: Sala das Comissões

Dia 19, às 19 horas – Retratos de Santa Catarina – Timbó

Local: Hall da Alesc

Dia 20, às 17 horas – CPI dos Contratos com depoimento dos diretores da Cidasc

Local: Sala das Comissões

TVAL apresenta Troca de Opiniões

Na próxima quarta-feira (20), às 21 horas, a TV Assembléia realiza ao vivo debate sobre a verticalização das coligações partidárias nas eleições de 2002.

Participam parlamentares, juristas, cientistas políticos e jornalistas.

Rádio alesc Digital
www.alesec.sc.gov.br/radio